

TRABALHO, MOVIMENTOS SOCIAIS, FOME E GESTÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO: ORIGENS, SENTIDO ATUAL E PERSPECTIVAS

Data de submissão: 09/11/2023

Data de aceite: 01/12/2023

Leonoura Katarina Santos

Doutoranda do Curso de Geografia da
Universidade Federal de Uberlândia - UFU
Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia - Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/1159596630124732>

José Henrique Rodrigues Stacciarini

Doutor do Curso de Geografia da
Universidade Federal Federal - UFCat
Universidade Federal de Catalão
Catalão – Goiás
<http://lattes.cnpq.br/5680478193722989>

sociais a fome é uma das mais perversas, ela assola milhares de pessoas que vivem em estado de subnutrição e fome extrema, que encaram os pratos vazios como um convite a morte. A exploração do trabalho aumentou a riqueza dos donos dos meios de produção, os movimentos sociais buscam a valorização do trabalho, as movimentações sociais deslocaram as populações, e a gestão do território é feita em maior parte pelo pacto da elite.

PALAVRAS-CHAVE: Miséria Social, Gestão do território, Transição demográfica.

RESUMO: Este trabalho é resultado de uma análise sobre a miséria social brasileira, movimentos sociais, transição demográfica, e gestão do território em escala nacional e regional - Brasil/Goiás. O objetivo é ressaltar como tais abordagens ocorrem na produção espaço elencando a fome como questão política e a importância de movimentos sociais para o surgimento de ações cidadãs como a Ação da Cidadania Contra a Fome, a configuração da população atual como produto das transições ocorridas no século XX. A metodologia se realizou em pesquisa qualitativa e bibliográfica. Os resultados apontam que dentre todas a misérias

WORK, SOCIAL MOVEMENTS, HUNGER AND MANAGEMENT OF THE BRAZILIAN TERRITORY: ORIGINS, CURRENT MEANING AND PERSPECTIVES

ABSTRACT: This work is the result of an analysis of the Brazilian social misery, social movements, demographic transition, and territory management on a national and regional scale - Brazil/Goiás. The objective is to highlight how such approaches occur in space production listing hunger as a political issue and the importance of social movements for the emergence of citizen actions such as Citizenship Action Against Hunger, the configuration of the current

population as a product of the transitions occurred in the twentieth century. The methodology was carried out in qualitative and bibliographical research. The results show that among all social miseries hunger is one of the most perverse, it plagues thousands of people living in a state of malnutrition and extreme hunger, who see empty dishes as an invitation to death. Thus, the exploitation of labor has increased the wealth of the owners of the means of production, social movements seek the appreciation of labor, social movements have displaced populations, and the management of the territory is mostly done by the pact of the elite.

KEYWORDS: Social Misery, Territory Management, Demographic Transition.

INTRODUÇÃO

O flagelo da fome, leva as pessoas o sofrimento, moléstias, a morte e a migrarem como discorre Neto (1979, p.71) em seu poema *Morte e Vida Severina*, ao retratar a vida dos sertanejos nordestinos “*que é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta*”. Na Idade Média por exemplo ocorreram em torno de 300 epidemias de fome, e mesmo com toda mudança socioespacial após a Guerra Fria e concomitante a isto o mundo tecnológico, pessoas perecem e morrem de fome todos os dias. Porém, a FAO (2017) infere que no mundo se produz cerca de 2,5 bilhões de toneladas de grãos, que seria o suficiente para ofertar segurança alimentar ao contingente populacional mundial atual, e por qual motivo ainda temos fome?

Josué de Castro que evidenciou a situação da miséria social no Brasil, faz o ensaio da fome no Brasil, traçando um perfil epidemiológico nutricional, dividindo o Brasil em cinco diferentes áreas alimentares, denunciando as mazelas em prol da má distribuição de renda, rompendo com a ideia de que a fome se restringe ao aumento população x produção de alimentos. Portanto a fome se configura como uma questão econômica, social, política, ambiental e de saúde pública. Josué de Castro com a publicação de suas obras, torna-se referência para que posteriormente se inicie movimentos em prol do combate à miséria no país.

O Movimento pela Ética na Política, passa a ser substituído pela Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, ou seja, uma ação cidadã plural e neutra. Em 1993 o IPEA conclui o Mapa da Fome, denunciando o escandaloso número de 32 milhões de brasileiros em estado de fome absoluta. A emergência da fome no Brasil é amenizada depois de vários esforços e políticas públicas instauradas principalmente no governo do PT (2003-2016).

OBJETIVOS

O objetivo deste artigo visa ressaltar como tais abordagens ocorrem na produção espaço elencando a fome como questão política e a importância de movimentos sociais para o surgimento de ações cidadãs como a Ação da Cidadania Contra a Fome e as questões socioambientais nas terras cerradeiras.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa ocorreu por meio de pesquisa qualitativa e bibliográfica pautada na análise de livros, teses, revistas, dissertações e artigos de jornais. Embasada em autores como: Arrais (2021), Alves (2002), Castro (1984), Chaveiro (2017), Smith (1998), Stacciarini (2002; 2009; 2013; 2017) e dentre outros.

TRABALHO, MOVIMENTOS SOCIAIS, FOME, TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO/GOIANO: ORIGENS, SENTIDO ATUAL E PERSPECTIVAS

Segundo a FAO, em torno de 900 milhões de pessoas dormem com fome todos os dias como produto dessa desigualdade socioespacial, que se produz e reproduz cotidianamente no espaço geográfico, causando assim uma fome generalizada. “As possibilidades de estar em insegurança alimentar são maiores para as mulheres do que para os homens em cada continente, sendo que a maior brecha está na América Latina” (s/a, s/d). A isto Castro acrescenta:

Na realidade, a fome coletiva é um fenômeno social bem mais generalizado. É um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta. Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome. Mesmo nosso continente, chamado o da abundância simbolizado até hoje nas lendas do Eldorado, sofre intensamente o flagelo da fome. E, se os estragos desse flagelo na América não são tão dramáticos como sempre foram no Extremo Oriente, nem tão espetaculares como se apresentaram nos últimos anos na Europa, nem por isso são menos trágicos, visto que, entre nós, esses estragos se fazem sentir mais sordidamente, minando a nossa riqueza humana numa persistente ação destruidora, geração após geração. (CASTRO, 1984, pág. 48).

Dito isto, se faz necessário refletir: Qual o papel dos geógrafos para uma sociedade igualitária, que se insere em um sistema tão predatório? Há democracia na miséria? Afinal a democracia e a cidadania se entrelaçam, como podemos falar de democracia em um mundo onde considerável parte da população vive em insegurança alimentar? Stacciarini citando Betinho acrescenta:

Para Betinho “Miséria e Democracia são incompatíveis”, pois onde há miséria não há possibilidade de existir democracia e, ao contrário, para se falar que uma sociedade é democrática é preciso, antes, que haja a erradicação da miséria. Jamais será verdadeiramente democrática uma sociedade que assiste passivamente a existência de membros de sua população passando fome, vivendo sem condições de trabalhar, de morar e sem as mínimas possibilidades de uma Educação de Boa Qualidade. (STACCIARINI, 2002, pág. 28).

Desde os primórdios da civilização a busca por alimento é vital e move as ações humanas como as atividades de caça e coleta, pois, é a necessidade mais básica para a manutenção a vida, sem a nutrição física do corpo o homem em sua existência de

sobrevivência nada pode fazer, sem locomoção básica nutrida pelos alimentos as demais atividades tronam-se obsoletas. De acordo com Stacciarini (2002) a falta de alimentos em outrora faziam com que os homens primordiais devorassem os seus rivais depois de árduas batalhas (Antropofagia). E conseqüentemente devido à falta de insumos avançados a esta época as epidemias assolavam tais povos, e por meio da seleção natural os que sobreviviam perpetuam as espécies, a isto acrescenta-se também a baixa expectativa de vida.

Entretanto, como um emaranhado de pontos negativos que advém do capitalismo e conseqüentemente da revolução industrial, se têm uma maior transformação da primeira natureza em segunda natureza e um desenrolar de uma crise ambiental mundial, e um desenvolvimento desigual da malha urbana que segundo Lefebvre (2001) advém da industrialização, o êxodo rural, e principalmente uma grande produção de mercadorias cuja a classe trabalhadora que vende sua mão obra para produzi-las, não pode comprá-las. Assim, como coloca Smith (1988, pág. 22) “no capitalismo a apropriação da natureza e sua transformação nos meios de produção ocorre, em princípio, em o homem modifica as formas das matérias naturais, de modo a torná-las úteis para ele”.

A isto tudo atribuímos o fenômeno da fome na modernidade, e as disparidades de fome e desperdício, pois em países desenvolvidos como os EUA o desperdício pode chegar até 40% dos alimentos adquiridos, enquanto considerável parte da população mundial perece de fome, nos fazendo indagar onde está a cidadania? E no que tange ao Brasil, esse cenário também é presente e está intrínseco ao nosso passado colonial, perdurando até os dias atuais, onde os latifundiários concentram boa parte das terras e riquezas, e os menos abastados vivendo com muito pouco, a maioria das vezes apenas com o suficiente para sobreviver e não viver. Conseqüentemente, formaram-se movimentos sociais de luta para o embate da opressão a classe dominante.

Dentre os estudiosos que se preocupavam com a fome no Brasil destaca-se Josué de Castro autor de *Geografia da fome* que elaborou estudos com tal temática traçando um perfil epidemiológico nutricional, dividindo o Brasil em cinco diferentes áreas alimentares na década de 1960. Década qual o Brasil perece ainda mais na questão da fome, principalmente com a instalação do Regime Militar que atendia a classe burguesa nacional e internacional com grande influência dos EUA (AQUINO et. al. 1985).

Após o golpe os conflitos as lutas no campo s também se intensificaram, e muitas aconteciam de forma isolada, porém mesmo nesse tempo o sindicalismo rural conseguiu se reestruturar a partir de sua confederação. As greves nesse período também se intensificaram pela retomada dos direitos trabalhistas conquistados antes do golpe, principalmente na Zona da Mata pernambucana, onde mundo trabalhadores foram coagidos e expulsos das terras (MEDEIROS, 1989).

As eleições diretas para presidente só ocorrem depois de quase três décadas após o golpe militar, concedendo a Fernando Collor o cargo presidencial, nesse período muitos

geógrafos traçaram discursos em prol da cidadania e democracia, com tudo a luta por um país onde todos possam vivenciar o direito à cidadania continua ao limiar do terceiro milênio, mudanças significativas ocorrem no mundo na década de 1990 (Stacciarini, 2002), e o avanço tecnológico, político e econômico no mundo configurando novas nuances socioespaciais.

O Brasil tem sua estrutura agrária baseada na relação colônia e metrópole, com a expressiva exploração da mão de obra indígena e escrava, a partir do capitalismo comercial promulgado pelos primeiros Estados Nacionais – Portugal e Espanha, no bojo da transição do sistema feudal para o capitalista (STACCIARINI, 2002). Primordialmente com as terras distribuídas entre as Capitanias Hereditária, e logo as Sesmarias com os primeiros vilarejos fixados nas áreas litorâneas, predominância do poder europeu, forte monocultura de cana-de-açúcar para o lucro da metrópole, e pequenas policulturas apenas a subsistência dos escravos.

A saber, os processos desenvolvimento do modelo capitalista de produção no Brasil, é um dos principais fatores que deve ser levado em conta para o estudo da agricultura em nosso país. “A compreensão desses processos é fundamental para o entendimento da agricultura brasileira, pois eles provocam movimento de concentração da população no país” (OLIVEIRA, 2009, pág. 467). Esse modo de produção capitalista tem como causalidade a migração para zonas urbanas do país, entretanto contraditoriamente produz também, relações camponesas de produção. “No campo, esse processo de desenvolvimento capitalista está igualmente marcado pela industrialização da agricultura” (OLIVEIRA, 2009 pág. 468).

Com escasseamento dos metais preciosos no século XVIII, começa-se o avanço da pecuária na Caatinga, Cerrado e Pampas. A localização geográfica, a falta de atração econômica para os colonos que se instalaram no Brasil, a partir do século XVI, e a precariedade dos meios de transporte e comunicação justificam o estabelecimento da estrutura fundiária de larga escala, a esses fatores, estão as leis que regem a posse da terra, como o regime sesmaria e, posteriormente, a lei de terras.

Assim, com a Lei de Terras (a terra torna-se mercadoria) e a abolição da escravidão tem-se o modelo exploratório com nova roupagem, inicia-se o ciclo do café acarretando em movimentos migratórios com os imigrantes europeus (embranquecimento da população) para se trabalhar nas lavouras. Agora o trabalho assalariado caracteriza as relações capitalista de produção, porém os latifundiários visam também apenas a exploração dos trabalhadores, assim temos os arranjos do espaço agrário brasileiro.

Na Era Vargas - Estado Novo (1930-1945), tem-se o desenvolvimento da indústria de base (após as guerras e crise de 1929, vê-se a necessidade do desenvolvimento industrial anteriormente cessado pela metrópole) tal governo é ligado as classes urbanas, com isso a partir de 1930 tem-se o desenvolvimento industrial do Centro-Sul consequentemente sua mais elevada urbanização. Vargas, inicia a política de ocupação dos vazios demográficos,

assim, como denota Pádua (2007, pág. 626), a “Marcha para o Oeste” – lema inaugurado em 1930 – tratava da concreta ocupação do Planalto Central, buscando ocupar áreas vazias do território e, ao mesmo tempo, articular meios de transporte, visando a abertura de escoadouros para a produção nacional”.

Medeiros (1989) aponta que entre 1945-1964 houve uma brusca mudança na economia do país, ou seja, houve um avanço na industrialização e urbanização, o que não aconteceu com a agricultura havendo um descompasso entre agricultura e indústria, ocasionando então em uma pressão para modernizar o setor agrícola, pelas forças políticas do país.

Posteriormente com Juscelino Kubitschek (1956-1961) e o plano de metas, se abre a indústria para o capital estrangeiro, com a intensificação dos fluxos migratórios para as cidades a partir do êxodo rural, ultrapassando em 1970 a população urbana a rural, acentuando um desenvolvimento com uma desigual estrutura social, elevando as mazelas sociais. Assim, a partir de 1950 como coloca Santos (1999) a revolução urbana brasileira acentua a densidade demográfica no Centro – Sul do país.

Nessa conjectura de expansão da mancha urbana brasileira, se tem como já explanado anteriormente o Regime Militar a favor da elite e posteriormente o governo Collor com o escancarado governo neoliberal e as privatizações que seguem posteriormente com FHC, nesse período uma considerável parte da população perece em meio a corrupção e fome. Stacciarini elucida:

Nessa conjuntura elitista, os governos civis pós 1985 se deparam com consequências sociais cumulativas de “cinco séculos de latifúndio”, de perpetuação da miséria, da permanência da corrupção e de poucas “políticas públicas” direcionadas para os expropriados (José de Souza Martins), os expropriados (Paul Singer), os desterritorizados (Ruy Moreira). Numa relação de interdependência, soma-se ao longo processo da concentração da terra brasileira (“o pecado inicial da miséria brasileira”, no entender de Herbert de Souza!), a crise econômica brasileira dos “longos e perdidos anos da década de 1980”. Em verdade, este é o período que o Brasil paga Bilhões de juros da dívida externa e continua devendo bilhões. O governo do primeiro Presidente eleito diretamente pela população, sem 25 anos sem eleições diretas, começa anunciando metas privatizantes de interesse do capital “neoliberal” (“globalização”) e termina bem antes do previsto com uma onda de corrupção generalizada que é escancarada publicamente o que leva Collor a ser substituído pelo Vice-Presidente Itamar Franco. Por sua vez, a era FHC (dois governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso) consegue realizar algumas “reformas neoliberais” pensadas pelo Governo Collor, entre as quais a privatização de empresas estatais com grande reconhecimento social e a permissão para a intensa dimensão de negócios privatizados nas áreas da educação e saúde. Assim, como os demais governos brasileiros, FHC não consegue implantar efetivas “políticas públicas” amplas para os setores dos pequenos proprietários de terra e dos sem-terras do país, bem como para outras “classes” de “pobres” brasileiros, tanto das áreas rurais como das áreas urbanas. (STACCIARINI, 2009, pág. 10).

Com base na discussão acima voltamos a corrupção generalizada do governo Collor e as mudanças que ocorrem no início dos anos 1990 por todo mundo trazendo rearranjos socioespaciais diversos e desiguais que caminham também com as desigualdades geradas no mundo globalizado pós Guerra Fria, já citados também anteriormente. E com isso emerge um novo discurso mundial pautado na Ética e Humanidade. Assim, quando falamos do governo Collor, remontamos a propaganda neoliberal, privatizações das grandes estatais e as demissões em massas acarretadas por estas ações, contudo antes disto, Collor promulga um plano fracassado de contenção a inflação, confiscando a poupança dos brasileiros.

Com um movimento popular de militantes, figuras políticas, universitários, sindicalistas e dentre outros, nasce o movimento pelo Impeachment de Collor. Em 09 de maio de 1992 ocorre a vigília da Ética e Política no Senado Federal com cerca de 980 pessoas, com entidades como a OAB e CNBB, no evento é verbalizado o Manifesto pela Ética na Política (STACCIARINI, 2002). O manifesto tem grandes impactos propiciando inúmeras vigílias cívicas a exemplo da USP e manifestações a favor do Impeachment, as mídias como a Rede Globo que apoiaram o presidente (Bem como o Impeachment de Dilma Roussef em 2016), acabaram também por noticiar as manifestações, “em 29 de dezembro de 1992, durante sessão do senado Federal de julgamento do Impeachment — certo da derrota, Collor renuncia à Presidência”. (STACCIARINI, 2002, pág.62).

O Movimento de Ética na Política continua a ganhar força mesmo após a renúncia de Collor, sendo seu substituto Itamar Franco a abrir as portas do Palácio do Planalto a tal movimento e também o novo presidente recebe apoio do Partido dos Trabalhadores, o movimento pela Ética na Política em seguida é substituído pela Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida. Segundo Stacciarini (2002) em uma reunião com Itamar Franco, Lula presidente do PT, sugere o sociólogo militante Herbert Souza (Betinho) para ficar à frente da proposta de Ação Combate à Fome, figura a qual também esteve à frente do movimento de Impeachment de Fernando Collor de Mello.

Neste período (1993) o IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) conclui e Mapa da Fome e divulga que 32 milhões de brasileiros se encontram em estado de fome absoluta, evidenciando as condições de vidas dos menos abastados vítimas da égide do capital envolta em uma política corrupta, emergindo as elucidações de Josué de Castro. Sendo o Nordeste a região destacada no Mapa da Fome com maior número de indigentes com o número mais expressivo no Estado da Bahia, e logo em seguida no Ceará, como também a Região Sudeste com um alto números de indigentes no Estado de Minas Gerais.

Segundo Gohn (1997:95 apud. Stacciarini pág. 71) o indigente: “Trata-se de um indivíduo, ou um grupo familiar, subnutrido, excluído do processo de desenvolvimento socioeconômico do país, morador das favelas, palhoças, cortiços, conjuntos populares específicos”. Vale-se destacar que nesse período pós Revolução Verde, a fome que assola os brasileiros não remete a produção de alimentos, visto que a modernização do campo

propõe uma alta produtividade, e sim das disparidades socioeconômicas e a falta de assistência pública para os que estão assolados com o flagelo da fome.

Com base nisto a Ação da Cidadania Contra a Fome se configurou de caráter emergencial, sendo está uma Ação Cidadã, ou seja, sem envolvimento religioso ou partidário, sendo a principal coisa a ser combatida a fome e a miséria. Como embate a estão questão foram criados comitês para combater o suplício da fome, assim em 08 de março de 1993 é instituída a *Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida*, com caráter plural, descentralizado e neutro (STACCIARINI, 2002). Procurando levar aos indigentes estratégias diversas para sua nutrição como: sopões, padarias comunitárias, shows beneficentes, criação de empregos, hortas comunitárias e doação de alimentos, pois como dizia Betinho: “Quem tem fome tem pressa”.

URBANIZAÇÃO DO CERRADO E OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS

Para iniciar-se o debate sobre a ocupação do Cerrado uma retrospectiva é necessária, em primeiro lugar salienta-se que é um dos biomas mais importantes do Brasil, e como elucida chaveiro (2010) tem três capitais planejadas em seu território com duas metrópoles planejadas Goiânia (1940) e Brasília (1950), e a terceira capital essa espontânea, Palmas. Assim explana-se no que tange a ocupação antrópica do Cerrado, em segundo é necessário compreender aspectos pré-históricos, o marco dessa ocupação advém de uma intensa movimentação dos povos, nômades com hábitos caçadores e coletadores, após o surgimento de povos horticultores, povo ceramistas, como salienta Ferreira (2003). Pós-1500, a região do Planalto Central esteve ocupada por povos seminômades, com características caçadoras/horticultoras, e grande grupo linguístico Jê. Contudo, apenas no século XVI, os bandeirantes tornaram a Brasil Central como rota de exploração com o objetivo de capturar grupos indígenas para mão de obra escrava na região costeira do país.

Entretanto, a ocupação de povoamento é registrada no século XVIII, após as descobertas de ouro nas regiões dos atuais estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, não apenas a exploração de ouro, mas também exploração de outros minerais, o que caracterizou como uma região extrativista e mais recente a expansão da fronteira agrícola. No que se diz a respeito do território Goiano, não poderia ser distinto, pois, a primeira fase começou com sua incorporação ao chamado sistema colonial, com a migração da população mineira e nordestina, após a decadência da mineração, o estabelecimento de uma infraestrutura de transporte e as mudanças políticas.

Juntamente com a construção de duas capitais a integração da região de Goiás ao trânsito rodoviário tem-se os programas e projetos de intervenção de ação direta na região, e a partir de 1970 de forma intensa a expansão agrícola no Cerrado, concomitantemente com as relações sociais de trabalho, e as consequências dessa expansão como a degradação ambiental por todo Cerrado em prol de um modelo agroexportador e a produção de

commodities. É notório que o desenvolvimento do meio rural por meio da modernização da agricultura no Cerrado, conseqüentemente torna-se parte da história de uso e ocupação antrópica no Brasil. Contudo, o acentuado nível de concentração da propriedade da terra e da renda cria uma discrepância que gera conflitos e problemáticas, pois, os resultados desse processo foram ainda mais agravantes para os pequenos produtores estruturados no trabalho familiar. A isso Chaveiro acrescenta:

A terra ferida, a água contaminada, a população distribuída desigualmente, a renda fraturada, a economia diferenciada nas regiões, o sujeito desenraizado são características que demonstram um contraste: pelo critério das cifras e dos índices de produtividade, o território cerradoeiro é um dos mais promissores economicamente no país. Isso exige que se pense o modelo de desenvolvimento que o dinamiza e que igualmente destrói sua biodiversidade. Ou então, que o proclama por meio de imagens que ressaltam a sua importância vital, mas o abate na forma de usá-lo. Em síntese: quanto mais o Cerrado se afirma enquanto território, mais é destruído enquanto Bioma. (CHAVEIRO, 2010, pág. 27).

Com a implementação das políticas de modernização agrícola, é possibilitado a integração do território nacional, a agricultura do Cerrado, no qual torna-se pioneiro em produção e tecnologias de desenvolvimento agrícola com destaque para Goiás, passando por transformações significativas, com o objetivo principal de estreitar as relações entre o setor agrícola e o setor urbano-industrial, faz com que ocorra uma urbanização acelerada, principalmente a partir de 1970 com a valorização dos chapadões que passam a ser cultivados com as tecnologias de tal modernização.

Os dados do IBGE sugerem que a região Centro--Oeste, identificada como a "região do pau torto", possui um índice de urbanização maior que a do país. Percebe-se também que, entre as unidades federativas, Goiás é a que apresenta maior índice de urbanização, confirmando o ritmo acelerado. E ao apreciar a distribuição dos municípios por classes de população, verifica-se uma profunda concentração demográfica. É evidente que a urbanização acelerada gerou uma rede urbana concentrada e desigual. Esse desenho não se detém apenas nas formas, no tamanho e nas relações das cidades e suas interações, mas em seus conteúdos. E implica fortemente nos desafios da gestão de suas cidades. A tendência é os grandes centros urbanos atraírem mais população e, portanto, aumentar as desigualdades; e as pequenas cidades perderem população, transformando-se em forças de retração. (CHAVEIRO, 2010, pág. 29).

Chaveiro (2010) expõe então algumas conseqüenciais de tal urbanização acelerada do Cerrado, como os problemas sociais e ambientais que advêm do aumento do aumento da mancha urbana nos grandes centros urbanos, como: violência, desemprego, falta de políticas públicas, transportes incipientes, a isto ele vai chamar de espaços indomáveis. Em contrapartida as pequenas cidades que passam a ser polarizadas e perdem sua vitalidade social e econômica como conseqüência do saldo migratório negativo, tornam-se espaços deprimidos (CHAVEIRO, 2010).

Assim, há de considerar vários fatores dinâmicos para o planejamento das cidades cerradeiras. Essa urbanização acelerada requer a construção de obras sem o planejamento adequado, que acarreta inúmeros impactos ambientais como a remoção das matas ciliares e a retilinização dos rios, como no caso de Catalão (GO) que teve a retilinização de um dos principais cursos d'água que cortam a cidade, e como consequências enchentes diversas nos períodos de cheias, deixando as avenidas centrais alagadas, pois, a canalização não suporta o volume das precipitações inundando a Avenida *Raulina* Paschoal.

Visto que a dinâmica parte considerável das cidades no Cerrado se relacionam com o agronegócio, fica evidente, como o processo de modernização fortemente implementada sobretudo pelo sistema capitalista na segunda metade do século XX até os dias atuais, modificou a dinâmica de produção e destruição do bioma Cerrado, pois como aponta o MapaBiomias o desmatamento no Cerrado em 2019 foi de 408,6 mil hectares, tendo desde sua ocupação a perda de mais de 50% de sua vegetação, o que nesse ritmo gerara uma grande crise hídrica no Brasil quando o Cerrado for extinto pelo agronegócio. A isto, soma-se a urbanização acelerada como citada acima que condiciona as cidades em espaços deprimidos e indomáveis.

A crise hídrica também pode ser somada em escalas variadas pelo intenso uso do solo urbano associado ao desmatamento, pois os reservatórios de Goiás em determinados períodos principalmente nas estiagens ficam em estado crítico, Monteiro em 2014 já alertava que os tão importantes reservatórios de Goiás tem suas águas reduzidas e a demanda por energia só aumenta, podendo acarreta inúmeros impactos negativos em um futuro não tão distante. Lima (2014) complementa a informação alertando para a demora do ciclo chuvoso no Estado de Goiás, tendo o Rio Meia Ponte responsável por 52% de Goiana e Aparecida de Goiânia as duas maiores cidades do Estado, sua capacidade saturada.

Por sua vez, Freitas (2014) diz que as vazões extremamente reduzidas que vem passando os rios goianos nos períodos de estiagem, ocorrem mesmo em épocas do ano as quais não se tem grandes vazões. Além das massas de ar quente, outros pontos a se destacar para ocorrência de tais vazões são primordialmente o desmatamento e o uso inadequado do solo, somados a grande quantidade de água utilizada pelo agronegócio.

A ocupação antrópica da região do bioma Cerrado, é um reflexo das políticas públicas, que por grande parte do tempo não se atentou as problemáticas ambientais, negligenciando a qualidade do uso do solo, a busca da produtividade excessiva a cada colheita, marcada pela contaminação, poluição, desmatamentos, e descasos ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emergência da fome é amenizada depois de vários esforços e políticas públicas instauradas principalmente no governo do PT (2003-2016) para o combate a fome a miséria, com o presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011). Em seu discurso de

posse, segundo Sampaio (2010), elegeu o combate à fome e a miséria como prioridade de sua gestão, criando no mesmo ano o programa Bolsa Família com três objetivos distintos: alívio imediato a fome (inserido no Fome Zero), rompimento da pobreza e a promoção a cidadania. Assim, pode-se citar entre os programas de combate a fome do governo do PT: o Fome Zero, Bolsa Família e os Restaurantes populares.

Em relação a ocupação e urbanização das terras cerradeiras, estas ocorrem juntamente, com a história de Goiás marcada pela violência em busca de mão de obra indígena, as explorações de minerais, e logo com a expansão de grandes fazendas para a pecuária de grande porte, com baixo uso econômico da terra que se desdobrava no estado. Devido a vastidão de solo, tornou-se um meio de produção relativamente barato, mas a “construção” do solo, como a “limpeza” das propriedades, a correção e fertilização das safras, exigia considerável investimento de capital que ocorre na década de 1970 com a revolução verde.

O Mapa da Fome de 1993 apresentou o contingente de 32 milhões de pessoas vivendo em estado de fome absoluta. Hoje o Brasil maior economia da América Latina, e com um PIB expoente mente significativo caminha retorno ao Mapa, segundo o Ecodebate (2021, s;p) “atualmente cerca de 32 milhões de pessoas não tem acesso ao alimento, esse processo é resultado da desigualdade de renda e desigualdade social”. Essa situação se agravou com a pandemia do novo coronavírus e o despreparo das instâncias governamentais. Assim, fome que assola os brasileiros não remete a produção de alimentos, visto que a modernização do campo propõe uma alta produtividade, e sim das disparidades socioeconômicas e a falta de assistência pública para os que estão submetidos com o flagelo da fome.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. **A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica.** Textos para Discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, v. 4, p. 1-56, 2002. Disponível em: <http://www.ence.ibge.gov.br/publicacoes/textos_para_discussao/default.asp> Acesso: 22/04/2020.

ARRAIS, Tadeu Alencar. A Fome Severina. **O Popular.** Goiânia, 24 mar. 2021. Página 03.

BRASIL PODE ACABAR COM A POBREZA EM 2016. **O Popular/ IBGE/ IPEA.** Goiânia/Brasília, 13 de janeiro de 2010. p.13.

CARLOS, Ana Fani Alessandri Carlos; SPOSITO, Marcelo Lopes de Souza e Maria Encarnação Beltrão. “Da “Organização” À “Produção” Do Espaço No Movimento do Pensamento Geográfico”. In: **A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.** São Paulo: Contexto, 2013.

CASTRO J. **Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço).** 10a Ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé; 1984.

CHAVEIRO, E. F. A URBANIZAÇÃO DO CERRADO: ESPAÇOS INDOMÁVEIS, ESPAÇOS DEPRIMIDOS. **Revista UFG**, [S. l.], v. 12, n. 9, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48318>. Acesso em: 23 abr. 2021.

CNN. Número de pessoas com fome aumenta durante a pandemia, alerta ONU. **CNN**, 26.set.2020. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/04/01/inflacao-e-pandemia-podem-empurrar-brasil-de-volta-ao-mapa-da-fome>> Acesso: 22/04/2020.

EMBRAPA. Artigo - Alimentos para o mundo. **EMBRAPA**, 15.10.2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/47327924/artigo---alimentos-para-o-mundo> Acesso: 23/04/2021.

IBGE. **População taxas de fecundidade**. 2021. Disponível em: <<https://brasilensintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-de-fecundidade-total.html>> Acesso: 22/04/2020.

IBGE revela explosão das cidades em 60 anos. **O Popular**. Goiânia, 26 de maio de 2007.

FAO. Após três anos a fome mundial ainda não diminuiu e a obesidade continua crescendo – informa a ONU. **FAO**, 2019. Disponível em: < <http://www.fao.org/news/story/pt/item/1201994/icode/> > Acesso: 20/04/2020.

FAO. Representante da FAO Brasil apresenta cenário da demanda por alimentos. **FAO**, 28.07.2017. Disponível em:< <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/901168/> >. Acesso: 23/04/2021.

FERREIRA, Idelvone Mendes. **O afogar das Veredas: uma análise comparativa espacial e temporal das Veredas do Chapadão de Catalão (GO)**. 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

FREITAS, D. Seca drástica deixa rios em situação crítica. . **O Popular**. Goiânia, 19 de outubro de 2014. p.13.

GRIBEL, Álvaro. Zilda Arns: Orgulho e Dor. **O Popular**. Goiânia, 14 de janeiro 2010. p.13.

GUANDALIMI, Giuliano. **Com que Asas o País vai voar?** Sem local, sem ano. p. 48 a 54.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MANEIRO, V. et al. Bolsa Milionários. **O Popular**. Goiânia, 8 de agosto 2010. p.17.

MAPBIOMAS. **Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2019** – São Paulo, SP – MapBiomias, 2020, 49 páginas. Disponível em: <http://alerta.mapbiomas.org>. Acesso em:13 maio. 2021.

MATOS, P. F. Agronegócio no Sudeste Goiano e as disputas pelo uso do território. **Acta Geográfica** (UFRR), v. 1, p. 153-165, 2013.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro FASE,1989.

MONTEIRO, L; LIMA, C. Mais demanda menos água. **O Popular**. Goiânia, 12 de novembro de 2014. p.14.

NETO, João Cabral de Melo Neto. **Morte e vida Severina**. Rio de Janeiro: Olympio, 1979. p. 71.

NETO, Caitano. A fome no Brasil é um problema antigo que está cada vez mais presente. **ECODEBATE**, 2016. Disponível em: < <https://www.ecodebate.com.br/2020/10/06/a-fome-no-brasil-e-um-problema-antigo-que-esta-cada-vez-mais-presente/> >. Acesso: 23/04/2021.

OLIVEIRA, Marconi. **Os 70 anos de “A Geografia da Fome”**. Recife, 2016. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2016/07/15/os-70-anos-de-a-geografia-da-fome> > Acesso: 23/04/2021.

PADUA, Andreia A. Silva de. A sobrevivência da marcha para o Oeste. In: **Estudos**, Goiânia, v. 34, n. 7/8, p. 623-643, jul./ago. 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura Brasileira Transformações Recentes. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches. **Geografia do Brasil**. 6.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. (p.469-534).

SAMPAIO, Arlete. Dignidade Humana. **O Popular**. Goiânia, 10 de novembro de 2009. p.08.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. (Re)Distribuição da população, economia e geografia do consumo e dos níveis de vida. In: _____. (org.). **O Brasil: território e sociedade no início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. páginas 199 -214.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

STACCIARINI, J. H. R. Espaço e política: percursos da pluralidade política e ética no território dos anos pós 1990 - as origens da ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida. In: _____. (org.). **Pluralidade, publicização e multiplicação do fazer político: a ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida no território brasileiro (1992-1997)**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT, UNESP. São Paulo. p. 199 - 214.

_____, J. H. R. Introdução. In: _____. (org.). **Pluralidade, publicização e multiplicação do fazer político: a ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida no território brasileiro (1992-1997)**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT, UNESP. São Paulo. p. 27 - 50. Disponível em: < <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/102972> > Acesso: 20/04/2020.

_____, J. H. R. Dos deslocamentos de população do Brasil do século XVI à expressão espacial da miséria da população rural e urbana no limiar do terceiro milênio. Anais In: XI SIMPURB, 2009, Brasília, v. 1. p.1-20.

_____, J. H. R. ; MARÇAL, P.S.R. As enchentes na Raulina, o Setor Ipanema, Ciclovias e a Nova Gestão Ambiental. **Diário de Catalão**. Catalão, 27 de fevereiro de 2013.

_____, J. H. R. (2017). Governo Lula: e as iniciativas sociais plurais da ação da cidadania contra a fome?. **avista UFG**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/49245>. Acesso em: 23 abr. 2021.